

**ANEXO VIII – MODELO DENÚNCIA – RITO RES. 243/2011 – PESSOA NATURAL**



**Ministério da Fazenda  
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**<Nome da Coordenação Geral ou Unidade>**

**PARECER PAS-DENÚNCIA – DOCUMENTO ANEXO À INTIMAÇÃO**

**<Identificação do Parecer (nº gerado pelo sistema DOCS-RTF)>**

Sr. Chefe de Divisão,

Considerando o artigo 98 da Resolução CNSP n.º 243, de 6 de dezembro de 2011, e tendo constatado na análise do processo **<nº 15414.XXXXXXX/201X-XX>** que a **denúncia contém provas de materialidade e autoria de infração administrativa**, venho comunicar tais fatos, adiante circunstanciados, a Vossa Senhoria para fins de conversão do presente em processo administrativo sancionador pela autoridade competente:

<b>Data da infração:</b>	<b>&lt;dd/mm/aaaa&gt;</b>
<b>Falta:</b>	<b>&lt;Citar a falta conforme cadastro do SISPEN&gt;</b>
<b>Qualificação do agente supostamente responsável e, sendo o caso, do responsável solidário:</b>	<b>&lt;Nome do Diretor&gt;</b> , <b>&lt;CPF &gt;</b> E como responsável solidário: <b>&lt;Nome da Sociedade&gt;</b> , <b>&lt;CNPJ da Sociedade&gt;</b> <b>&lt;Endereço da Sociedade&gt;</b>
<b>Nome do Denunciante:</b>	
<b>Descrição circunstanciada do fato ou do ato constitutivo da suposta infração:</b>	<b>&lt;Descrever detalhadamente o fato&gt;</b>
<b>Análise de autoria e materialidade da suposta infração:</b>	<b>&lt;Descrever a justificativa para imputar a responsabilidade à pessoa natural, abordando, obrigatoriamente, a sua culpa ou dolo na conduta&gt;</b>  <b>&lt;Incluir&gt;</b> A pessoa jurídica também está sendo intimada, pois, caso a pessoa natural não reste culpável, a responsabilidade pela infração será atribuída à pessoa jurídica, conforme art. 1º da Instrução Susep nº xx/2015. Além disso, numa eventual aplicação de sanção de multa à pessoa natural, a pessoa jurídica é responsável solidária pelo seu pagamento.  <b>E</b> <b>&lt;Descrever o fato de forma a demonstrar a materialidade da infração&gt;</b>



**Ministério da Fazenda**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

**<Nome da Coordenação Geral ou Unidade>**

**PARECER PAS-DENÚNCIA – DOCUMENTO ANEXO À INTIMAÇÃO**

<b>Dispositivo legal ou infralegal supostamente infringido:</b>	<Citar o normativo legal que não foi observado>
<b>Base legal ou infralegal da penalidade aplicável:</b>	<Indicar o artigo aplicável da Resolução CNSP Nº 243/2011, sem necessidade de transcrever o artigo>
<b>Elementos materiais de prova da suposta infração:</b>	<Mencionar as provas, indicando as folhas do processo e os anexos em que os documentos se encontram>
<b>Circunstâncias que possam afetar na dosimetria e na fixação da pena, inclusive de antecedentes e processos que possam gerar a majoração da pena por reincidência:</b>	<Para a descrição deste item, observar o disposto nos artigos 10, 11 e 12 da Resolução CNSP Nº 243/2011>. Para fins de fixação da pena, cumpre-se ressaltar que a sociedade <é ou não é reincidente> em falta da mesma natureza, conforme relatório de reincidências em anexo.
<b>Anexos</b>	<Exemplos: Relatório de Reincidências; Relatório do Quadro 01 – Dados Cadastrais do FIP/SUSEP>

Rio de Janeiro, <dd/mm/aaaa>

**<Nome por extenso do Analista>**

**<Área da SUSEP>**

Analista Técnico - Matrícula <Informar a matrícula>

De acordo. Em <dd/mm/aaaa>.

De acordo. Em <dd/mm/aaaa>.

**<Nome por extenso do Chefe>**

**<Área da SUSEP>**

Chefe - Matrícula <Informar a matrícula>

**<Nome por extenso do Coordenador>**

**<Área da SUSEP>**

Coordenador - Matrícula <Informar a matrícula>